

Joe Biden em Israel



Por **GIANCARLO SUMMA***

Na Faixa de Gaza, joga-se o futuro do sistema multilateral

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, chegou hoje em Tel Aviv para uma visita difícil, com dois objetivos talvez inconciliáveis: reafirmar o apoio inabalável dos Estados Unidos a Israel, após os ataques do Hamas em 7 de outubro passado, e ao mesmo tempo evitar que o governo de Benjamin Netanyahu desencadeie uma ofensiva total em Gaza, o que causaria um massacre sem precedentes de civis palestinos.

Há dias os habitantes de Gaza vêm morrendo aos milhares sob os bombardeios israelenses e estão à beira do esgotamento, sem mais água, comida e combustível para os geradores dos hospitais, que estão lotados de feridos e corpos para enterrar. Segundo a rede *Al Jazeera*, mais de 2800 palestinos foram mortos e quase 11 mil ficaram feridos nos ataques israelenses até a última segunda-feira, e esse número está aumentando a cada hora. A invasão e ocupação de Gaza por Israel, para pôr fim de uma vez por todas ao Hamas, como anunciado por Benjamin Netanyahu, arriscaria explodir o Oriente Médio inteiro, envolvendo de alguma forma na guerra tanto os países vizinhos imediatos (Líbano, Egito, Jordânia, Síria) quanto as outras potências regionais (Irã e Arábia Saudita).

O problema não resolvido da questão palestina eclodiu mais uma vez, 76 anos após a Resolução 181 das Nações Unidas, que em 29 de novembro de 1947 determinou a divisão do antigo mandato britânico na Palestina em dois Estados, dando origem à criação de Israel, mas nunca a um Estado palestino independente.

É uma questão que desde o início envolveu o que é comumente chamado de “comunidade internacional”. Ao longo das décadas foi deixada apodrecer e cair no esquecimento. Após a queda do Muro de Berlim, o fim da Guerra Fria e o início das duas décadas de unipolarismo global dos Estados Unidos (encerrado aproximadamente com a crise financeira de 2008 e a Primavera Árabe de 2009), Israel e a Organização para a Libertação da Palestina, então liderada por Yasser Arafat, assinaram os Acordos de Oslo (em 1993 e 2005).

Os acordos reconheceram, pela primeira vez, a existência mútua e estabeleceram um quadro de referência para o autogoverno provisório dos palestinos em Gaza e em parte da Cisjordânia. No entanto, os acordos nunca levaram à paz nem à criação de um verdadeiro Estado palestino. A Autoridade Palestina, com sede em Ramallah e herdeira da OLP, tem poder limitadíssimo na Cisjordânia e nenhum poder em Gaza. Paradoxalmente, ao não cumprir os Acordos de Oslo e, portanto, enfraquecer politicamente a Autoridade Palestina, os governos israelenses subsequentes acabaram fortalecendo o Hamas, uma milícia islâmica fundamentalista e autoritária com laços estreitos com o Irã, Catar e a milícia xiita do Hezbollah no Líbano, que tem total controle sobre Gaza desde 2006.

Sob os olhos cúmplices do Ocidente, Israel continuou a expansão ilegal de seus assentamentos nos territórios ocupados da Cisjordânia e em Jerusalém Oriental e tem restringido cada vez mais os direitos civis e políticos não apenas dos palestinos, mas também dos israelenses de origem árabe. Uma situação que o relator especial das Nações Unidas sobre a situação dos

direitos humanos nos territórios palestinos ocupados, Michael Lynk, definiu de forma explícita, no ano passado, como um regime de *apartheid* comparável ao da África do Sul até 1991.

De acordo com o relatório de Michael Lynk, Israel se encaixa na definição de um “regime político que intencional e claramente privilegia os direitos políticos, legais e sociais fundamentais de um grupo sobre outro, dentro da mesma unidade geográfica, com base em sua identidade racial, nacional ou étnica”. Segundo o relatório da ONU, “nos territórios palestinos ocupados por Israel desde 1967, existe um sistema legal e político duplamente discriminatório, que privilegia os 700 mil colonos israelenses judeus que vivem nos 300 assentamentos israelenses ilegais em Jerusalém Oriental e na Cisjordânia”... “Outros dois milhões de palestinos vivem em Gaza, regularmente descrita como uma ‘prisão ao ar livre’, sem acesso adequado à energia elétrica, água ou saúde, com uma economia à beira do colapso e sem a capacidade de viajar livremente para o restante da Palestina ou o mundo exterior”.

Um massacre praticado sem imagens

Em questão de horas, no sábado, 7 de outubro, as terríveis imagens dos corpos mutilados de centenas de civis mortos pelos milicianos do Hamas nos ataques coordenados contra kibbutzim, assentamentos de colonos e uma festa rave no deserto deram a volta ao mundo. As imagens dos civis palestinos mortos nos bombardeios israelenses em Gaza (por ar, por terra e pelo mar) circularam muito menos, principalmente nos grandes meios de comunicação ocidentais.

E de Gaza, há menos vídeos sendo compartilhados nas redes sociais: as conexões de internet foram interrompidas por Israel e não há mais eletricidade para carregar os celulares. Acima de tudo, como quase sempre, na Europa e nos Estados Unidos, houve um reflexo automático de identificação: os israelenses mortos são como nós, enquanto os mortos palestinos são apenas números, rostos indistintos; afinal, vítimas de suas próprias ações.

É um filme já visto. Depois de retirar suas tropas de Gaza em setembro de 2005, Israel bombardeou a cidade inúmeras vezes e invadiu a região em três principais operações militares: Operação Chumbo Fundido (2008-2009), Operação Pilar de Defesa (2012) e Operação Margem Protetora (2014). Pelo menos três mil civis, incluindo 800 crianças, foram mortos nessas três operações, e centenas de outros nos inúmeros ataques “cirúrgicos” lançados por Israel em resposta aos foguetes periodicamente disparados pelo Hamas em direção aos assentamentos de colonos mais próximos.

O último ataque do Hamas foi de uma amplitude e ferocidade sem precedentes (um total de pelo menos 1400 israelenses mortos e 3400 feridos), mas certamente não foi inesperado: a dinâmica de ação e reação se repete essencialmente da mesma forma há muitos anos.

Também se confirmou o agora habitual impasse político na OUN. Sucessivas reuniões de emergência do Conselho de Segurança - presidido neste mês pelo Brasil - não foram capazes de aprovar uma posição comum, devido à oposição recíproca entre os três membros permanentes com direito à veto do Ocidente (Estados Unidos, França e Reino Unido), alinhados com Israel, e de outro lado, Rússia e China, que propuseram inutilmente, na segunda-feira (16/10) uma resolução para o imediato cessar fogo, que teria paralisado a ação israelense.

Na frente humanitária, a ONU está fazendo o possível para distribuir ajuda à população palestina. Esta estava sob ultimato israelense para abandonar a parte norte de Gaza - o que precederia uma gigantesca operação militar. Em uma entrevista coletiva ontem (17), em Genebra, a porta-voz do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, Ravina Shamdasani, afirmou claramente que não é aceitável uma “punição coletiva como resposta aos ataques horríveis (do Hamas)”. “Tememos seriamente pelo número de civis [mortos] nos próximos dias. As operações militares não parecem diminuir, o assédio em curso em Gaza está comprometendo o fornecimento de água, alimentos, remédios e outros bens de primeira necessidade. Há indicações quotidianos de violações das leis de guerra, do direito internacional e dos direitos humanos”, acrescentou ela.

a terra é redonda

Na prática, as Nações Unidas pouco podem fazer, além de condenar (simbolicamente) os abusos cometidos e organizar a distribuição de ajuda humanitária. O impasse diplomático em relação à nova crise em Gaza assemelha-se ao da guerra na Ucrânia. A incapacidade da ONU de responder adequadamente a essa guerra e à questão palestina é mais um indicador do que uma causa da crise do multilateralismo.

A Rússia levou a guerra de agressão e de anexação territorial de volta ao centro da Europa e à política externa das grandes potências. No entanto, as mesmas potências ocidentais com assentos permanentes no Conselho de Segurança que hoje criticam justamente a invasão russa e os ataques do Hamas, recorreram mais de uma vez, nos últimos anos (no Iraque, Kosovo, Líbia...) ao uso unilateral e ilegal da força militar, em violação da Carta das Nações Unidas. Nunca exerceram realmente pressão sobre Israel para que cumprisse seus compromissos e respeitasse o direito internacional. Todos sabem, desde sempre, que a única solução para a questão palestina é política, não militar, e todos preferiram fechar os olhos, devido a cálculos de oportunidade ou de consenso.

A criação das Nações Unidas em 1945 foi essencialmente uma iniciativa dos Estados Unidos para constituir um mecanismo de resolução de disputas internacionais por meios diplomáticos e não militares, a fim de “salvar as gerações futuras do flagelo da guerra”, como diz o preâmbulo da Carta da ONU. O problema fundamental é que a arquitetura institucional da ONU e do sistema multilateral permaneceu praticamente inalterada por quase 80 anos, e o mundo de hoje tem poucas semelhanças com o que emergiu após a Segunda Guerra Mundial.

Os países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), por exemplo, representam o bloco economicamente mais relevante globalmente: de acordo com o Fundo Monetário Internacional, em 2023 os BRICS são responsáveis por 32,1% do PIB global, em comparação com 29,9% do G7, uma inversão completa da situação em relação a 2000 (G7: 43,6% e BRICS 18,2%). O que costumavam ser países emergentes são hoje verdadeiras potências econômicas e progressivamente políticas.

Os Estados Unidos e a União Europeia precisam reconhecer a nova realidade e abandonar a arrogância unilateralista dos últimos 30 anos. A única forma de salvar o sistema multilateral e encontrar soluções diplomáticas e consensuais para os problemas mais graves (a crise climática, as crises migratórias, o aumento dos conflitos armados) é buscar consenso, não o uso unilateral da força ou o poder de veto no Conselho de Segurança.

Não é apenas a vida dos palestinos e israelenses que está em jogo. Se Joe Biden conseguir evitar uma guerra total em Gaza, será uma ótima notícia para todos. Se ele der seu aval (e armas) para a ofensiva desejada por Benjamin Netanyahu, será uma amarga derrota para a diplomacia e a política. E para a União Europeia, cada vez mais reduzida a um aliado dócil de uma superpotência que não aceita o lento declínio de seu poder unipolar.

**Giancarlo Summa jornalista e cientista político, é pesquisador na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) em Paris e co-fundador do Instituto Latino-Americano para o Multilateralismo (ILAM). Foi diretor de comunicação da ONU no Brasil, México e África Ocidental.*

Tradução: **Antonio Martins**

Publicado originalmente no site [Outras Palavras](#).

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA